

À minha avó Perpedigna Rodrigues Garcia,
marajoara e benzedeira católica.
(*in memoriam*)

1. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi instalada em 27.04.2021, para apurar a responsabilidade dos governamentais no desastre da gestão da pandemia. Fonte: <https://congressoemfoco.uol.com.br/>

2. Para Jaspers (1958), a situação-limite é aquela em que nos encontramos e que não conseguimos ultrapassar, divisar um após, e contra a qual fracassaremos, nos cabendo um esforço de compreensão e um salto existencial nesta compreensão situada. A morte é a situação-limite paradigmática. Cf. JASPERS, K. *Filosofía*. Tomo I. Madrid: Universidade de Puerto Rico, 1958.

Vivemos em um mundo pandêmico. A doença espreita atrás do abraço, da conversa amiga e da proximidade entre nós. Doença que, pela sua universalização diferenciada espacialmente, atinge todos/as, cada um/a de modo não só estatístico, mas singular.

Afinal, ainda que o peso das estatísticas seja aterrador – 530.344 mortos no Brasil no momento que escrevo, em 8 de julho de 2021 – de fato, é na experiência ordinária de cada um que a COVID-19 se faz existência carnalizada, inclusive para ser descartada como “gripezinha” qualquer, com consequências geograficamente ainda não compreendidas.

No Brasil, as revelações que se avolumam em termos de irresponsabilidade do atual Governo Federal¹ (com efeito em cascata de gestões estaduais a municipais), alinhado ao empresariado pouco preocupado com a saúde e a vida das pessoas desde que a máquina neoliberalizante continue moendo tempo de vida e lugares do afeto, a doença encarnada assume feições desesperadoras multiplicadas em milhões de rostos de dor e derrota.

Nesta situação-limite² em que somos atirados, a consciência é tomada pela plenitude banal de realizarmos nossas vivências em corpos amedrontados, adoecidos, asfixiados, iludidos, abandonados, tateando alguma compreensão diante do nosso fracasso pessoal e coletivo, lugarizado e territorial. E tatear é, por princípio, já uma atitude.

Este dossiê surge como tentativa de compreensão dessa situação-limite da existência em que necessariamente fracassamos e, deste fracasso, certas cifras podem ser divisadas como linhas escapistas para viabilizar um enfrentamento deste “espaço fechado ao futuro”, onde o corpo – pessoal e agregado em diferentes espaços do conviver – grita (ou silencia) na busca feroz pela vida-no-mundo, recortando geografias pandêmicas, febris em seu horizonte. É nesta situação abismal que se recompõem representações geográficas, paisagens vividas, territórios perdidos e projetos de espaço-tempo originais.

Abrindo o dossiê, temos o poema *Covid 19 e os Povos Originários* da Artivista Márcia Wayna Kambeba, do povo Omágua/Kambeba, cuja sensibilidade ancestral rima com a firmeza política da luta contemporânea. Não é demais lembrar que os povos originários do Brasil estão entre os mais atingidos, em termos relativos, pela reticularidade interiorizada da COVID-19 e dos poucos a propor alternativas territorialmente viáveis para evitar esta e outras catástrofes de nossa ilusão civilizacional.

Em seguida, três artigos se concentram no desdobramento das relações entre corpo e geografia em contexto pandêmico. Afinal, para além dos mapas estatísticos, há aprendizados que não podem ser desprezados em favor das médias: a percepção, a subjetividade e o afeto envolvidos na instituição do espaço vivido como asfixia ontológica.

Marcia Alves Soares da Silva e Clodoaldo Arruda propõem articular uma concepção de movimento ritmado do corpo na cotidianidade do confinamento. *Em Movimento como convite para fazer geografias: corpo, espaço e emoções*, a matriz casa-corpo é atravessada pelo ritmo interrompido do acontecer diário; a segurança ontológica é subitamente roubada não só pela ameaça da doença e da morte, mas pela quebra de coordenadas de ambiente do lar. Entretanto, é nesta espacialidade imediata que novos movimentos são valorizados e, de certo modo, uma outra consciência geográfica, mais próxima e emocional, emerge.

Nas horas mortas de cada dia... com este trecho musical, Felipe Kevin Ramos da Silva pretende enfatizar o tempo, ou antes, as temporalidades como elos entre nós e o mundo. Não o tempo do relógio, mas um sentido de temporalidade que está no experimentar-se transitando em um espaço paralisado, onde o tempo parece suspenso para retomar a ideia de Ailton Krenak³. *Corpo e mundo: devaneios existenciais em tempos pandêmicos e de covid-19* é, como explícito no título, um devaneio pela fluidez do tempo que só tem sentido quando-em-espacos, pretendendo uma diferenciação entre a potência da doença em geral e o ato em realização das pandemias situadas que provoca, do tédio à mudança perceptiva do corpo próprio.

Rafael Bastos Ferreira continua a busca pelo sentido espacial do corpo adoecido – e os desdobramentos que tal condição provoca – em um relato que conecta, dialogicamente, a vida pessoal às transformações de ordem mais ampla que podem ser avizinhas na experiência de quem teve COVID-19. Ele adoeceu e é disso que trata. Portanto, *Fenomenologia do corpo adoentado* é uma tentativa de experimentar a condição de estar-doente que, de uma maneira ou de outra, significa “ser desorientado geograficamente”, uma confusão que retorce o mundo e daí se pode divisar um terror ao perceber – mais do que prescrever – o confinamento em si mesmo.

Os dois artigos seguintes convidam para a caminhada labiríntica pela imagem digital. Diferentes espaços no planeta parecem estar fazendo uma passagem no modo básico de comunicabilidade do texto à imagem audiovisual⁴ – quem sabe sintomas de possíveis adoecimentos territoriais?

Em um registro que potencializa o consumo digital, Karine de Almeida Paula e Tereza Cristina de Almeida Faria, explicitam as incontornáveis mudanças do trabalho com o turismo, uma vez que viajar para outros destinos se tornou temerário. No artigo *O turismo, cultura e as mídias sociais: novas formas de aproximação do sujeito e espaço em tempos de pandemia*, mediação digital se torna não uma alternativa, mas a única possibilidade para manutenção do turismo como atividade geradora de capital e renda

3. Reproduzo os termos de Ailton Krenak (2020, p. 8): “O mundo está agora numa suspensão. E não sei se vamos sair dessa experiência da mesma maneira que entramos. É como um anzol nos puxando para a consciência. Um tranco para olharmos para o que realmente importa”. Cf. KRENAK, A. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2020.

4. Esta tese tem emergido em diferentes versões, desde existencialmente pessimistas, como afirma Byung-Chul Han (2018), quanto em sentido mais aberto de Peter Sloterdijk (2018). Há até um termo cunhado para esta virada: *Iconic Turn*. cf. HAN, B. *No enxame: perspectivas do digital*. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2018; cf. SLOTERDIJK, P. *Regras para o parque humano: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo*. São Paulo: Estação Liberdade, 2018.

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

JANEIRO - JUNHO, 2021
ISSN 2175-3709

5. O termo “pornográfico” aqui faz referência direta ao trabalho de Byung-Chul Han (2018) já citado, no qual o pornográfico é a ausência de qualquer distanciamento mínimo – já que tudo está à mostra – necessário para a instituição do respeito ao outro. Na medida em que o espaço privado dos professores foi transformado em publicizável pelas aulas remotas e o espaço educativo formal foi transferido às próprias casas, o tempo de vida diluiu-se em tempo de trabalho para não poucos profissionais.

6. Prefiro chamar de Redes Digitais e não Redes Sociais por duas razões básicas: a) chamá-las assim acentua e reduz a sociabilidade que está fora delas também; b) na conjuntura das “egolatrias instagrâmicas”, dos monólogos em bolhas algorítmicas profascistas e dos selfs que fazem da felicidade uma escolha de filtro editável, há muito menos de “social” do que queremos admitir nas redes.

nos períodos mais críticos da pandemia, abrindo flancos à virtualização da experiência de viajar e brechas para algo de solidariedade em meio às estratégias de ganho.

Thiago Albano de Sousa Pimenta investiga como diferentes agenciamentos são provocados por audiovisuais, em plataformas de acesso livre no Brasil, que mobilizam público em torno de narrativas insidiosas de controle espacial e pretensão de unicidade discursiva, disseminando representações padrões de ver – clichês cinematográficos produzidos para sugerir a “verdade sobre” – a realidade sacudida pela COVID-19. *Pandemia e audiovisual nas redes sociais: as forças reativas que despotencializam o pensar a espacialidade* não perde de vista que representações do cinema carregadas de intencionalidade constituem parte da realidade (não são extrínsecas a ela), e mobilizam forças de atuação e espaços de subjetivação virtualizados que se materializam em negacionismos e conspiracionismos, exigindo uma geografia do imaginário combativa ainda por se fazer.

A Pandemia também modificou brutalmente os espaços e tempos educativos. A escola, que parecia desmaterializada, se faz mais enrijecida na flexibilidade dispersiva das redes digitais. Sabemos que as atividades presenciais foram paralisadas em sua maioria, mas de modo algum significou menos atividades, bem ao contrário – vigilância policesca e sobrecarga pornográfica⁵ de trabalho dos/as educadores/as revela o limbo que nos espera...

Leildo Dias Silva realiza uma abordagem indireta tanto do espaço escolar como dos termos metodológicos da pesquisa, o que resultou no texto *Militarização dos territórios escolares: a atuação da CIPOE nas escolas da grande Belém durante a pandemia*; nas redes digitais⁶, acompanha as rondas da Polícia Militar (PM) nas escolas – ação que, considerada estratégica para a Secretaria de Educação do Pará, já antecipa a militarização em curso no país. A PM publiciza, via redes voltadas à comunidade escolar, mesmo com aulas presenciais suspensas, um desejo de territorialismo, vontade de controle não só dos tempos e espaços, mas dos símbolos e das visões de mundo dos corpos dos estudantes. Disciplina estrita, cristianização compulsória e fraca prática da diversidade criativa apresentam outro adoecimento socioespacial.

Abordando o trabalho do educador, a partir de vivências na carne que vazam nas linhas escritas, Ricardo Chaves Farias e Denise Mota Pereira da Silva explicitam *O ensino remoto emergencial: virtualização da vida e o trabalho docente precarizado*, demonstrando na partilha de experiências coletivas relatadas uma dimensão das mais extenuantes aos professores: o ensino remoto emergencial. Os dados soam dialeticamente mórbidos e comprometidos com o sentido da profissão, na medida em que revelam um soterramento dos sujeitos na falta de formação específica, planejamento sem participação decisória nas aulas remotas, terror do desemprego que bate à porta, mas também vontade de comunicação com a ambiência escolar e compromisso com a vida e com o futuro seu e dos estudantes.

Os dois artigos finais voltam-se às resistências feministas e

indígenas – corpos sobre os quais a doença e o desamparo atingem níveis diferenciais. Porém, também onde habita uma potência territorial nada desprezível para disputar um território que abra futuros possíveis.

Ginneth Pulido Gómez, Jessica Aparecida Correa e Priscila Viana Alves ousam focar no feminismo comunitário e na denúncia da realidade de trabalhadoras na pandemia quando da escuta de duas mulheres engajadas em movimentos sociais: Márcia Palhano e Lida Tascón Bejarano. Às vezes, mais do que falar e escrever, precisamos escutar. “A escuta faz ver” violências estruturais exacerbadas no Brasil que, historicamente, condenam a mulher – sobretudo a mulher negra, a indígena, a periférica – a certas imagens controladoras⁷ com efeitos reais de desvalorização e destruição corporal. Na pandemia, diferentes situações são evidenciadas, no campo e na cidade, para compor um quadro interpretativo que não constitui só espaços da dor, mas também territórios e geoestratégias de segurança vislumbradas em *A resistência feminista e a luta pela vida na pandemia*.

Outra reXistência ganha geocorpos⁸ plurais no último artigo, comunicando-se diretamente com o poema de abertura deste dossiê. “*Vidas e terras indígenas importam*”: *geografias das r-existências dos povos e comunidades tradicionais em tempos de pandemia* de Marcos Mondardo evoca o corpo-território como trincheira fundante de manutenção dos saberes, conhecimentos e experiências dos territórios dos povos originários, afinal, a perda de um corpo do povo pode não só significar, em termos proporcionais, uma redução importante numérica a depender da nação, mas também o fim de uma memória histórica, conhecimento semântico e cosmologia espiritual irrecuperável.

Mapeamentos estratégicos são feitos pelos indígenas a fim de realizar autoconfinamento protetivo e garantir a relação fundante com a mãe Terra, não sendo esta simples metáfora, mas projeção alternativa de mundo! Projeção de corpos-territórios ameaçada por uma multiplicidade de ações além da disseminação, com ares genocidas, da COVID-19 por parte do Governo Federal Brasileiro.

Pelas interseções e encruzilhadas que localizam as diferentes existências como disponíveis à morte e ao pânico – porque o adoecimento também se impõe à alma – o espaço brasileiro não pode ser lido só no registro da necropolítica⁹. Penso que é mais do que a morte que se quer gestar. De maneira até mais prioritária, ainda que difusa, se quer gestar o pânico, a ansiedade, a depressão, a incapacitação físico-mental e de algo que parece ser um “transtorno social bipolar” no Brasil atual¹⁰. Representação meio sádica e neurótica da potência do Outro, da diversidade e da diferença, atiradas na vala comum do “mal” frente a um pretensão “bem”, normalmente branco, masculino, cis, hetero-cristão e urbanocentrado. Tais bipartições e aplainamentos da complexidade do real constituem mapas de subjetivação, imaginários geográficos projetados e coordenadas de (des)orientação de uma geopolítica nova, a geopolítica esquizoide.

Encerramos o dossiê com a sessão de entrevistas. Juliana Luquez conversou com Paul Claval, que nos ajuda a pensar de

7. Faço aqui um “abrasileiramento” da noção de imagens de controle desenvolvida por Patrícia Hill Collins (2019). A autora afirma que algumas destas imagens operam sobre os corpos das mulheres negras desde os períodos escravocratas, mas sobrevivem (e seus efeitos também) no presente, partindo de uma lógica de opressão interseccional, binária e oposicional, reduzem a diversidade de interação a uma dupla-de-opostos e encerra as mulheres negras sempre no polo negativo: a serviçal obediente e fiel (Mommy), matriarca solteira e castradora ou a dependente do Estado (“rainha da assistência social”), por exemplo, são recorrentes como imagens de controle nos Estados Unidos. Aqui, no Brasil, há paralelos como a “mulata”. Cf. COLLINS, P. H. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

8. O termo foi inicialmente empregado por Thongchai Winichakul (1997) no contexto da colonização do Sri Lanka, onde os mapas colonizadores suplantaram a imagem de território tradicional por outra, percebida como moderna e científica, apagando a memória, a cosmologia e a história dos nativos. Aqui uso o termo em um sentido ambíguo, que evoca este processo e, ao mesmo tempo, uma desobediência do sentido original do termo em favor da constituição corporal indígena do seu território originário não submisso ao Estado Brasileiro. Cf. WINICHAKUL, T. *Siam Mapped: A History of the Geobody of a Nation*. University of



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

JANEIRO - JUNHO, 2021
 ISSN 2175-3709

Hawaii Press, 1997.

9. O conceito de necropolítica, cunhado por Achille Mbembe (2016), tem sido amplamente mobilizado para interpretar a conjuntura atual, ainda que muito desta conjuntura fuja ao escopo do conceito em sua operacionalidade original, ligada à constituição colonial do Estado Africano. Cf. MBEMBE, A. *Necropolítica*. *Artes e Ensaios*, n. 32. 2016.

10. Viveiro de Castro (2020) em entrevista enfatiza que “A gente chegou numa situação no Brasil em que você tem que usar um vocabulário da psicopatologia [para falar dos agentes governamentais]”. Cf. <https://apublica.org/2019/10/viveiros-de-castro-estamos-assistindo-a-uma-ofensiva-final-contra-os-povos-indigenas/>

11. Há uma conexão explícita dessa ideia, evidente no uso do termo “entrelugar”, com a proposta de Homi Bhabha (2013), porém, aqui tento articular a ideia a uma lugaridade existencial que não está prevista pelo autor no núcleo do conceito, ainda que a metáfora do título de seu trabalho “O local da Cultura” seja altamente sugestiva da geograficidade deste pensar. Cf. BHABHA, H. K. *O Local da Cultura*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2013.

outro referente espacial, mas a partir de seu apurado senso de Geografia. *A Globalização e Pandemia: Lições e Perspectivas*. Claval percorre tanto a experiência pessoal de confinamento, como aciona a importância da ciência para compreender o presente e projeta transformações em curso a partir deste fenômeno de adoecimento planetário.

Esta situação-limite nos convoca a encarar a existência e as nossas escolhas, porém, sem nos descuidarmos da relação mais fundante normalmente não tematizada pela Geografia contemporânea, que a descarta como romantismo vão: nosso entrelaç carnalizado com a Terra vivido desde um lugar – ou antes, um entrelugar, por ser ambíguo e fraturado, um nem aqui nem lá desorientador/reorientador e feito de presenças e ausências, subjetivado socialmente entre a plena visibilidade e a invisibilidade absoluta¹¹ – mas que só se faz lugar na imensidão de muitos universos, cuja fragilidade e finitude a experiência da doença e da morte impõem de súbito.

Há em muitos textos a marca da revolta e do fracasso pelos/as que perdemos, mas também nos voltamos para os que vivem, ansiosos, em pânico, em luto, sob ameaça da doença, dos autoritarismos insidiosos e da morte... É urgente reaprender a viver, a reXistir. É urgente reaprender a Geografar não sobre a Terra, mas junto-com a Terra.